

**O PCB e a imprensa do exílio:
Um estudo de caso da Revista *Brasil mês a mês na imprensa*.**

THATIANA AMARAL DE BARCELOS*

Introdução

Diante do acirramento da repressão política durante o governo civil-militar, muitos brasileiros foram impelidos a cruzar as fronteiras do país. Alguns partiram por conta própria, atravessando áreas remotas com documentos verdadeiros. Outros saíram por designação das organizações e necessitaram do apoio das redes que facilitavam suas partidas. Também houve aqueles que, em decorrência da participação em ações luta armada, foram banidos do país pelo Ato Institucional número 13, publicado em 5 de setembro de 1969, após o seqüestro do embaixador Charles Elbrick.

Independente das condições das partidas - formais ou não – o retorno do referido grupo foi inviabilizado pelas ameaças a sua integridade física, o que os transformou em exilados. Tal prática, para além de excluir do convívio social os cidadãos indesejáveis, também tinha o objetivo de isolar, afastar, eliminar e anular estes sujeitos políticos, tal como as torturas e prisões realizadas nos porões da ditadura (ROLLEMBERG: 1999, p.48).

Em terras estrangeiras, estes militantes desenvolveram práticas de resistência, simbólicas ou reais, contra o regime civil-militar brasileiro – como por exemplo, a organização de grupos de discussões temáticas, instrumentos de denúncia das atrocidades cometidas pelo regime civil-militar¹, atividades de caráter político-cultural e uma imprensa editada no exílio². Estas iniciativas reforçavam a identidade política destes grupos e possibilitavam a continuidade da militância interrompida no Brasil.

* Thatiana Amaral de Barcelos é graduada no curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo, na UFRJ e no curso de História na UNIRIO. O presente trabalho é resultado das pesquisas da autora para a elaboração do projeto “A Imprensa do Exílio”, sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Goulart, que foi apresentado na UFRJ como requisito à obtenção do grau de bacharel em Jornalismo. Posteriormente, tais análises foram aprofundadas para a realização da monografia “A imprensa do exílio como prática de resistência: Um estudo de caso da revista *Brasil Socialista*”, sob a orientação da Profa. Dra. Icléia Thiesen, apresentada para a obtenção do grau de bacharel em história na UNIRIO.

¹ Denise Rollemberg cita como exemplo de atividades desenvolvidas no exílio o Clube do Saci, o Tribunal Bertrand Russel II, o Círculo de Mulheres Brasileiras pelo exílio e os Comitês Brasil pela Anistia (ROLLEMBERG: 1999, p.p 207-262).

² De acordo com os dados disponíveis no Arquivo da memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ),

Entre os segmentos da esquerda que se transferiram para o exterior durante o referido período encontram-se os membros do PCB. O partido havia deixado de existir legalmente desde o decreto do Ato Institucional número 2 (AI-2) que instituiu o bipartidarismo. Mesmo assim, os membros desta agremiação participaram do cenário político nacional por meio do “entrismo” no MDB, o partido da oposição. Com o receio de que esta agremiação se convertesse em uma legenda de massas durante o processo de abertura política, o governo iniciou uma perseguição sistemática ao Partidão na década de 1970, provocando a saída de muitos de seus dirigentes para o exterior.

No exílio, estes militantes se engajaram em uma luta política adaptada ao novo contexto, a fim de manter aceso o espírito de oposição. Muitos formaram redes de apoio para facilitar a saída de outros militantes. Outros se transferiram para Alemanha Oriental, onde tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos sobre a teoria do comunismo em uma escola do partido. Além disso, tais grupos publicaram periódicos que abordam os principais temas discutidos por este segmento da esquerda exilada. Entre estas publicações, destacam-se a *Voz Operária* e o *Brasil mês a mês na Imprensa*.

O presente artigo tem como objetivo discutir a publicação da revista *Brasil mês a mês na imprensa*, inserida no contexto de experiência do exílio de membros do Partidão. Tais análises pretendem contribuir para o processo de reconstrução da memória do PCB e, paralelamente, compreender a dinâmica de organização, produção e distribuição deste periódico.

Com esta finalidade, analisou-se a coleção da revista *Brasil mês a mês na imprensa*³ – disponíveis para consulta no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Também foram realizadas entrevistas orientadas pela metodologia de história oral com o comitê editorial do periódico – Francisco Inácio e Severino de Melo.

O estudo da memória de uma instituição consolidada no cenário político brasileiro, como o PCB, impõe alguns desafios. Um deles diz respeito ao próprio processo de enquadramento (POLLAK:1989) que estas memórias foram submetidas.

foram editadas cerca de 50 coleções por organizações políticas diferentes em 18 países no qual os comitês editoriais estiveram sediados. Estas publicações foram produzidas entre 1964, ano em que houve o golpe militar, e 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia (Lei 6.683/79) durante o governo de João Batista Figueiredo (BARCELOS: 2010, p.2).

³ O acervo disponível no CEDEM foi adquirido junto ao Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão.

Ao longo destes 30 anos, desde a publicação da Lei da Anistia, as narrativas sobre esta organização foram reelaboradas, recriadas e institucionalizadas. O próprio processo de “esquecimento”, neste caso, pode refletir o esforço de apagamento de memórias e interpretações comprometedoras, construindo discursos lineares e livres de contradições.

Por outro lado, existe uma carência de bibliografia específica sobre o tema. Muitas das obras consultadas realizam um panorama geral do exílio entre a esquerda brasileira. Outros autores discutem esta experiência ora para enfatizar o acirramento da repressão sobre o PCB após as estrondosas vitórias eleitorais na segunda metade da década de 1970, ora para debater as influências do contato com o comunismo internacional para o processo auto-crítico desta organização. O presente artigo propõe a análise específica do exílio do PCB como uma prática de resistência e de desenvolvimento de estratégias transformadoras.

Entre obras consultadas sobre a experiência de transferência forçada entre os brasileiros, o livro *Exílio: Entre Raízes e Radares*, de Denise Rollemberg, realiza um rico panorama do exílio de diferentes grupos de brasileiros durante a ditadura civil-militar, demonstrando a sua diversidade. Enquanto que o artigo, *Debate no exílio: em busca de renovação* da mesma autora, discute a repercussão dos temas divulgados por esta imprensa no âmbito da esquerda exilada. Pela relevância de suas pesquisas para as discussões travadas neste artigo, bem como face à carência de literatura sobre o tema, as análises da referida autora foram privilegiadas no corpo teórico deste trabalho.

O PCB no Exílio

Denise Rolemberg, em *Exílio: Entre raízes e radares*, distingue três momentos distintos da estadia forçada no exterior⁴. Esta divisão cronológica buscou combinar a conjuntura brasileira com a internacional para compreender o impacto desta experiência. A primeira fase se iniciou com o próprio golpe civil-militar, em 1964, e se caracterizou pela permanência dos militantes na América Latina com a perspectiva de um breve retorno para a reinserção na luta política em curso no Brasil. O segundo momento foi

⁴ Entendemos que a divisão cronológica do exílio a partir de marcos significativos para os militantes brasileiros é uma simplificação que atende objetivos metodológicos e facilita a compreensão do período. A experiência do exílio foi bastante individual, sendo sentida de formas diferentes de acordo com o local e a propensão dos brasileiros à adaptar-se ao novo contexto.

considerado um “exílio dentro do exílio”, uma vez que o golpe militar no Chile, em 1973, obrigou aos brasileiros sediados naquele país a organizar novas partidas. Para muitos, apenas com a chegada no velho continente houve o sentimento de que o exílio realmente havia começado. Por fim, o terceiro momento não possui uma datação cronológica já que tal experiência variou de acordo com a adaptação a nova realidade, ou seja, estruturação da vida no exterior, aquisição de empregos estáveis, conclusão de cursos de formação acadêmica e migrações para a busca de melhores remunerações econômicas (ROLLEMBERG: 1999).

As partidas dos pecebistas ocorreram de uma forma mais contundente na década de 70, quando grande parte das organizações que efetuavam a luta armada havia sido desestruturada pela ação dos órgãos de repressão do governo militar. Se antes as baixas no partido eram resultado da perda de quadros para a luta armada⁵, na década de 1970 ocorre a intensificação da perseguição pelo governo Geisel.

Em 1971, Hercules Correa informou aos dirigentes do partido os planos de um delegado do Dops paulista, Paulo Boncristiano, de eliminar as principais lideranças comunistas. Com isto, o PCB decidiu pela manutenção no exterior de um terço dos 31 membros do Comitê Central para que estes promovessem a reorganização do partido caso houvesse uma grande ação repressiva⁶. Neste contexto, Prestes organizou sua partida para Moscou, em 1971. Também foi acordado que a cada dois anos seriam realizadas eleições a fim de substituir o grupo no exterior por outros militantes que estivessem no país.

O período foi marcado por substanciais mudanças no cenário internacional e pela crise do milagre econômico. O governo norte-americano, em 1971, abandonou a conversibilidade do dólar vigente desde a Conferência de Bretton Woods. Com isto, passou a se adotar o câmbio flutuante, o que resultou na maior instabilidade da moeda. Nesta década também começaram a ser sentidos os primeiros efeitos da crise

⁵ O PCB sofreu um processo de fragmentação em decorrência das críticas de segmentos da esquerda ao seu modelo de resistência por vias pacíficas e parlamentares que previa a formação de uma frente democrática. Tal processo originou algumas das organizações revolucionárias que atuaram no Brasil: PC do B - fundado em 1962 por dissidentes stalinistas do PCB – ALN e PCBR – os dois últimos foram formados no início de 1968 (NETTO: 2000, p. 225)

⁶ Os seguintes membros do PCB foram deslocados para o exterior no referido episódio: David Capistrano, Luis Inácio Maranhão, João Massena Melo, Élson Costa, Itair Veloso, Orlando Bonfim, Jaime Miranda, Hiram Lima e Walter Ribeiro. (PANDOLFI, 1995, p.210)

internacional provocada pelo súbito aumento do preço do petróleo após a Guerra do Yom Kippur, em 1973 (SILVA: 2007, p.254).

Por outro lado, Jimmy Carter (SILVA: 2007, p.246-247) foi eleito em 1976, defendendo uma plataforma política em favor dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Tal estratégia visava recuperar a hegemonia norte-americana fortemente abalada com a derrota na guerra do Vietnã, o escândalo de corrupção no caso Watergates e o apoio deste país a inúmeros regimes ditatoriais em diferentes pontos do globo.

Por outro lado, a vitória da oposição nas eleições de 1974 também contribuiu para a ampliação das ações de violência contra o partido. Impossibilitado de existir na legalidade, ao longo do governo civil-militar o Partidão promoveu o “entrismo” no MDB, por meio da eleição de alguns de seus deputados. No pleito parlamentar de 1974, realizado com o objetivo de testar as instituições políticas do país, o partido da oposição conquistou uma estrondosa vitória, obtendo a eleição de 16 senadores e 187 deputados. (SILVA: 2007, p.p. 263-264).

A ameaça da vitória de um projeto político que pudesse desestabilizar a abertura proposta pelo regime militar e o receio de que o MDB se transformasse em uma legenda de massas contribuíram para a ampliação da repressão contra o PCB no período compreendido entre final de 1974 e 1975. Com isto, o partido sofreu significativas baixas, o que resultou na intensificação do fluxo de militantes para o exílio.

Apelidada como “Operação Radar” (MIRANDA; TIBÚRCIO: 2008, p.304), a ação desencadeada pela polícia política assassinou 9 integrantes do Comitê Central do PCB (TAFFARELLO:2009, p.47), destruiu gráficas clandestinas do partido e prendeu um grande número de pessoas sob acusações de ter vínculos com esta organização. Neste contexto, também foram assassinados o jornalista Vladimir Hezorg (1975) e o operário Manoel Fiel Filho (1976) nas dependências do II Quartel do Exército sob acusações de possuírem vínculos com os comunistas.

A alteração da conjuntura e a impossibilidade de garantir a segurança dos militantes corroboraram para que fosse suspenso o esquema de trocas entre os “da terra” pelos exilados. Segundo Severino de Melo⁷ tal decisão foi tomada em 1973, quando dois membros do partido, Fued Saad e Célio Guedes, foram presos na fronteira com o

⁷ Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

Uruguai trazendo dólares de Moscou para o PCB. Entre 1975 e 1979, os encontros promovidos pelo partido foram praticamente suspensos no Brasil, ocorrendo apenas algumas reuniões do Comitê Central no exílio, mesmo assim mantinha-se precárias ligações com suas bases partidárias (TAFFARELLO: 2009, p.48).

O deslocamento forçado dos militantes do PCB para o exterior se relacionou com marcos temporais bastantes específicos que possuem pontos de convergência e divergência com a periodização proposta por Rollemberg. Muitas personalidades com visibilidade no cenário político em decorrência da atuação no PCB deixaram o país tão logo ocorreu o golpe. No entanto, a transferência do Comitê Central ocorreu de forma mais sistematizada no início de 1970, quando a América Latina ainda era o destino preferencial da esquerda exilada. Tal movimento se intensificou em meados daquela década, no momento em que houve a dispersão dos exilados na Europa em decorrência dos golpes militares latino-americanos.

O desembarque dos brasileiros no território europeu, representou a derrota do projeto de militância no qual se acreditava que o retorno seria breve e mediante um confronto direto com o regime militar. Por outro lado, o contato com diferentes realidades nos distintos países nos quais os exilados estiveram estabelecidos também proporcionou a atualização e a redefinição das identidades destes grupos. Contudo, não foi verificada, nas publicações do PCB, a incorporação de temáticas que passaram a ser discutidas pela esquerda brasileira no novo contexto, como por exemplo o homossexualismo, o racismo e o feminismo.

O tempo em suspenso⁸ no qual os militantes viveram em terras estrangeiras pode ser compreendido a partir das idéias de violência, identidade e compromisso. O primeiro destes conceitos refere-se ao choque traumático causado pela privação dos quadros de referência que forneciam sentido a existência daqueles que são obrigados a se estabelecer no exterior. Além disso, o exilado sofre a fragmentação de suas identidades devido à retirada de um contexto que garantia coerência e continuidade a sua existência.

⁸ O *destempo* é um termo cunhado por Miriam Volpe (VOLPE:2005, p.82) para representar uma realidade própria do exílio. Despojado de sua terra e dos acontecimentos que ocorreram neste território, o exilado vive duas dimensões temporais cujo passado é tiranizado pelo presente. Um tempo em suspenso em que estas ausências são compensadas pela nostalgia deste tempo e territórios deixados para trás. Desta forma, o exílio seria definido pela relação entre o desejo de retornar e a impossibilidade de concretizá-lo.

Contudo, a estada em terras estrangeiras também pode se converter em um espaço de resistência. O sentimento de compromisso com o projeto político que causou o exílio e, também, com todos aqueles que pereceram na luta para a sua implantação motivou o desenvolvimento de iniciativas e formas de militâncias que estabelecem relações com o contexto anterior.

O exílio do PCB, portanto, representou uma expressiva dicotomia. Se por um lado a estada no exterior possibilitou o contato com os diferentes caminhos adotados pelo comunismo internacional, por outro a dificuldade para estabelecer diálogos com os dirigentes comprometeu a explicitação das divergências que já ocorriam no interior do PCB (TAFFARELLO: 2009, p.54).

De acordo com Taffarello, a partir de 1976, muitos militantes vivenciaram o “eurocomunismo”⁹ por meio do Partido Comunista Italiano. Estes também começaram a estudar de forma mais efetiva alguns pensadores marxistas pouco difundidos no Brasil como, por exemplo, Gramsci (TAFARELLO: 2009, p.55).

Esta corrente procurou se desvencilhar dos modelos stalinistas que regiam grande parte dos partidos comunistas no cenário internacional. Uma das principais questões discutida pelo referido grupo era a percepção da democracia como um valor histórico e universal. Tal posição passou a ser considerada reformista por alguns segmentos do partido por englobar a burguesia nacional.

O conjunto destas análises demonstra a pluralidade dos exílios vivenciados pelos integrantes do PCB, uma vez que a permanência na Itália, por exemplo, possibilitou experiências substancialmente diferentes em relação aos que se estabeleceram na Alemanha Oriental. A identidade política com um partido consolidado no cenário político nacional e que possuía relações sólidas com organizações comunistas internacionais exerceu uma força de aglutinação para este grupo. Contudo, o próprio contato com as diferentes aplicações práticas do comunismo internacional, inserido em um contexto de crise orgânica provocada pelas críticas ao estalinismo¹⁰, desempenhou

⁹ O “Eurocomunismo” surgiu na segunda metade dos anos 70 e pretendia se transformar em uma via intermediária, entre o modelo stalinista e a social-democracia. Esta tendência acrescentava as reivindicações do campo do capital e trabalho, outros temas como o feminismo, racismo e ecologia (PANDOLFI:1995, p.25).

¹⁰ O “Socialismo real” sofreu consideráveis críticas em decorrência de alguns episódios de repressão da URSS aos movimentos separatistas na Tchecoslováquia (1968) e as contestações no leste Europeu, principalmente na Polônia (PANDOLFI:1995, p.24).

um impulso desagregador e impôs novas questões para estes militantes, principalmente após a conclusão do processo de Anistia.

A resistência em terras estrangeiras

As diferentes formas de resistência, ainda que simbólicas, exercidas por militantes do PCB no exterior para além de expressar a continuidade do projeto político que causou o exílio, também tinham como objetivo preparar os militantes para a sua reintegração na atividade política no país natal quando ocorresse o retorno. Podem ser citadas como exemplo o apoio logístico aos militantes em trânsito; edição de revistas e jornais do partido - *Brasil Mês a Mês na Imprensa* e *Voz Operária*¹¹; e a realização de estudos de aprofundamento da teoria marxista.

A organização das bases de apoio era fundamental para garantir o sucesso da travessia dos militantes. O Departamento das Fronteiras, geralmente, se responsabilizava pelo fornecimento dos documentos necessários à vida na clandestinidade. Além disso, auxiliavam no cruzamento das fronteiras e acolhiam os exilados nos primeiros dias em terras estrangeiras.

Além disso, de acordo com entrevistas realizadas com antigos integrantes do PCB, os brasileiros que se dirigiam a Moscou tiveram a oportunidade de concluir cursos sobre o marxismo e o comunismo em uma escola do partido que se localizava nas proximidades da cidade¹². Estes recebiam uma ajuda de custos e eram hospedados pelo Partido Comunista local.

Enquanto que a edição de periódicos exerceu um poder aglutinador entre a esquerda brasileira. Por meio de reuniões organizadas para produzir e debater este material, criavam-se espaços de sociabilização e trocas de experiências entre o referido grupo. Entre as publicações do PCB no referido período, destacam-se os periódicos *Voz Operário* e *Brasil mês a mês na imprensa*. Estes possuíam substanciais diferenças no tocante a sua forma de organização e público-alvo pretendido.

¹¹ As coleções de revistas analisadas no âmbito desta pesquisa se encontram disponíveis para consulta no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Este acervo foi adquirido junto ao Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão.

¹² Entrevista concedida por Severino de Melo à autora, em 18 de maio de 2008.

O Brasil mês a mês na imprensa

A *Voz Operária* era organizada pelo próprio Comitê Central do partido para divulgar opiniões oficiais do PCB sobre fatos e acontecimentos do Brasil. Este jornal foi editado no Brasil desde a década de 1920. No entanto, com o acirramento da repressão, em meados da década de 1970, passou a ser organizado em Paris e impresso em Roma para posteriormente ser remetido ao país. A permanência do seu título e o próprio esforço para efetivar sua circulação no país natal aponta para a continuidade com o projeto político desenvolvido naquele território, configurando-se como o principal elo de ligação entre a direção exilada e o partido (SILVA: 2005, p.43).

Enquanto que o periódico *Brasil mês a mês na imprensa* era destinado a um público geral de exilados. Esta publicação foi editada em Moscou, entre agosto de 1975 e junho de 1979, por integrantes do Partido Comunista Brasileiro. A organização da revista tinha como objetivo transpor a dificuldade de se obter informações sobre o Brasil no exterior. De acordo com estas diretrizes, o seu principal objetivo era fornecer aos leitores “um resumo documental e crítico do que se publica dentro do Brasil e no exterior” (*Brasil mês a mês na Imprensa* Junho de 1979, p.1) para atualizar estes grupos sobre as mudanças em curso no país, possibilitando assim a redefinição das estratégias de luta quando se processasse o retorno (BARCELOS:2008).

Na residência de Luis Carlos Prestes, obtiveram-se as fontes para a elaboração do periódico. Estas eram enviadas periodicamente do Brasil pela irmã mais nova de Prestes, Lygia Prestes. Diariamente, ela recolhia nos veículos brasileiros de maior circulação, mesmo aqueles considerados conservadores, notícias que poderiam interessar a Prestes e aos demais brasileiros. Estas matérias eram recortadas, dobradas e postas em um envelope. Posteriormente, enviava-se o conjunto de notícias pelo correio através de pseudônimos para um contato do PCB no exterior que o remetia ao destino final. Francisco¹³ Inácio, ao entrar em contato com este material, sugeriu a Prestes a confecção de uma publicação que acompanhasse ao longo do mês o desenvolvimento de fatos relacionados aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O resultado deste trabalho era um clipping e comentários de matérias publicadas em veículos de grande circulação no Brasil, como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, como também nos semanários *Opinião*, *Movimento* e *Crítica*, e nas

¹³ Entrevista concedida por Francisco Inácio de Almeida à autora, em 07 de junho de 2008.

revistas *Visão* e *Veja*. Estas informações eram complementadas com notícias veiculadas na imprensa estrangeira e com relatos dos brasileiros que chegavam a Europa.

De acordo com Francisco Inácio, o jornal possuía uma tiragem entre 1.500 e 2.000 exemplares. O Instituto da América Latina da Academia de Ciências da antiga União Soviética os imprimia gratuitamente. O apoio de uma instituição sólida foi fundamental para a duradoura existência desta publicação.

Grande parte das coleções da imprensa dos exilados, 22 dos 50 títulos, não sobreviveu por mais de 4 edições, o que demonstra como circunstâncias próprias do exílio impuseram obstáculos para uma existência mais duradoura. Enquanto que o apoio financeiro para a impressão de publicações para o PCB garantiu a existência da revista durante 4 anos.

Em relação as temáticas discutidas, observou-se a gradual substituição das denúncias da violência das ações de repressão do governo brasileiro pelas matérias sobre a ampliação da importância do MDB na condução dos movimentos sociais de contestação ao regime militar. Os diretores constataam com grande entusiasmo o incremento do nível de organização de tais movimentos, o que se aproxima com o projeto político do partido que previa a resistência por meios pacíficos e parlamentares.

O movimento grevista de São Paulo na década de 70 se constitui como uma das matérias publicadas sob esta temática. Segundo o periódico, em 40 dias a manifestação teria se estendido para a capital paulista, grande São Paulo, Piracicaba, Campinas, além de outros estados como Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. Segundo o documento, embora os avanços obtidos não compensassem a perda do poder aquisitivo, de 1973 a 1974, as manifestações evidenciariam o aumento do nível de politização e de organização entre os trabalhadores na luta por seus direitos.

A coluna, *O Panorama Político das Eleições*, por outro lado, divulgava dados sobre o processo eleitoral brasileiro. A edição de junho de 1976, por exemplo, divulgou as projeções sobre as eleições municipais que ocorreriam no final daquele ano. Entre estas reportagens, há a análise de uma pesquisa realizada pela Arena nas principais capitais e cidades brasileiras revelando que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, para cada voto destinado a Arena, oito seriam para o MDB.

O resultado desta pesquisa teria gerado discussões entre os integrantes da Arena. Alguns dirigentes e parlamentares afirmaram extra-oficialmente que a situação do

partido da situação era precária e poderia ocorrer uma derrota superior àquela sofrida em 1974. Contudo, o secretário Geral, Nelson Marchezan, teria afirmado que a ala governista possuía um número de deputados seis vezes maior do que o MDB e que acreditava que esta diferença seria mantida nas eleições daquele ano.

Embora o periódico não tivesse como objetivo enfatizar questões diretamente relacionadas ao Partido Comunistas, a coluna *PCB em Foco* dedicava espaço para a divulgação de documentos internos e para a análise da repercussão do partido na mídia brasileira. Entre as matérias divulgadas nesta seção, há discussões sobre o possível destino do PCB com a conclusão do processo de abertura política.

Na edição de junho de 1979, constatou-se a ampliação da divulgação do partido na mídia brasileira “ora com notícias detalhadas a respeito da organização, ora com declarações a respeito de sua possível legalização, ora com entrevistas de seus mais importantes dirigentes”. Segundo o documento, os 15 anos de perseguições contra o partido empreendidas desde o estabelecimento do governo militar não foram capazes de fazê-lo. Com isto, a questão que se impunha com o retorno dos exilados ao Brasil não era se o PCB continuaria a existir, mas se o faria na legalidade ou na clandestinidade.

O Brasil mês a mês na encerrou os seus trabalhos em junho de 1979, quando Prestes se transferiu para a França. Severino de Melo atribui, como possíveis razões para a existência da publicação ao longo destes 4 anos, o constante abastecimento de informações pela irmã de Prestes, o tempo que os brasileiros passaram em Moscou e o apoio financeiro do Partido Comunista local para custear as despesas do jornal.

No editorial de encerramento, os editores avaliam que jornal conseguiu atender aos objetivos propostos durante o lançamento da publicação.

Apesar do relativo atraso com que a publicação era editada e chegava as mãos dos habituais leitores (circulando, geralmente, entre vários leitores um mesmo exemplar) ela - em grande parte - cumpriu o seu objetivo maior, sobretudo, no que diz respeito a ser um documento permanente dos processos sociais e políticos do país. E foi nesse caráter que passou a ser requisitada por muitos estudiosos estrangeiros da realidade brasileira. Foi através dela que muitos partidos irmãos da América Latina, puderam acompanhar os câmbios ocorridos no Brasil, nos últimos anos. (...) De uma forma ou de outra estamos convicto de termos cumprido o objetivo que nos propusemos. E, como milhares e milhares de brasileiros que, por uma razão ou por outra, foram obrigados a deixar a pátria, preparamo-nos para a volta, a breve prazo, e lá continuaremos a luta comum pela a derrota da ditadura e pela conquista de um regime de amplas liberdades democráticas (*Brasil mês a mês na imprensa: junho de 1979, p.4*).

Conclusão

O Golpe civil-militar brasileiro de 1964 implantou um regime autoritário que disseminou a violência no cotidiano nacional, abortando ações e silenciando discursos. Diante das perseguições, torturas, assassinatos, prisões arbitrárias e censura, muitos daqueles que se opunham ao governo instaurado foram impelidos a cruzar as fronteiras do país. Independente de como eram organizadas estas partidas – escolha própria, decisão da organização de esquerda ou determinação do próprio governo militar – a dificuldade em retornar ao território e o desejo de fazê-lo os converteram em exilados.

Estes militantes se caracterizavam por possuir a identidade definida por um projeto político transformador para a coletividade. O empenho em implantar este projeto, seja através da luta armada ou pela liderança de movimentos pacíficos, se converteu na própria razão de ser do exílio. Esta prática de afastamento do território nacional, empreendida pelo governo militar, promovia a anulação dos sujeitos políticos por meio de sua violenta retirada do contexto no qual estes indivíduos eram reconhecidos por ações contestatórias e a sua posterior reinserção no anonimato.

Em terras estrangeiras, tais grupos viveram um tempo em suspenso, sempre a espera de uma alteração do quadro político nacional que viabilizasse o retorno. Diante do prolongamento da estada no exterior, em alguns casos por 15 anos, estes militantes foram obrigados a se adaptar a novas línguas, culturas, paisagens e formas de pensamento. Por outro lado, a vivência fora da pátria também possibilitou o desenvolvimento de práticas que transformaram o exílio em um espaço de resistência.

A estada forçada dos membros do PCB no exterior possui particularidades que a diferencia da experiência vivenciada pelos demais segmentos da esquerda brasileira. O incremento do fluxo desses militantes para o exterior ocorreu em meados da década de 70, momento no qual grande parte das organizações que promoviam a luta armada havia sido desintegrada pela ação repressiva no governo militar. Além disso, o próprio projeto político desenvolvido por estas duas correntes apresentavam significativas diferenças. Enquanto que o PCB previa a formação de uma frente patriótica e a deposição do governo por meios pacíficos e parlamentares, algumas organizações derivadas do partidão propunham a luta armada.

Por outro lado, a dispersão dos pecebistas por diferentes países socialistas contribui para heterogeneizar o exílio. Aqueles que se estabeleceram na Escola do

Partido na Alemanha Oriental viveram esta permanência forçada no exterior de forma distinta em relação aos militantes que entraram em contato com o processo de renovação do marxismo pelo Partido Comunista Italiano ou que permaneceram na América-Latina. Desta forma, o que observamos é a importância da instituição para conferir unidade a identidade do grupo, o que se opunha a tensão pela fragmentação causada por esta diversidade de experiências, associada a dificuldade de se estabelecer contato entre os militantes no exterior.

A edição de diferentes publicações pelo PCB se configura como uma iniciativa para promover a coesão do grupo frente ao efeito desagregador do exílio. Tal imprensa atuava na homogeneização das interpretações dos fatos publicados, bem como agendava os principais temas que seriam discutidos pela esquerda.

A pesquisa se deteve na análise mais detalhada da coleção de revistas *Brasil mês a mês na imprensa*. Tal periódico se distinguia da *Voz Operária* pela forma de abordagem das notícias veiculadas e pelo público alvo almejado. Enquanto que este repercutia uma visão institucionalizada sobre os temas debatidos e difundidos entre o PCB, aquele era destinado a um público mais amplo da comunidade de exilados.

Em relação aos assuntos veiculados, a revista privilegiada nas análises deste estudo de caso promoveu o acompanhamento de ações empreendidas pelos movimentos sociais no Brasil. A partir da análise do conjunto de textos pode-se verificar a gradual substituição de matérias sobre a violência empreendida pelo governo às manifestações de oposição por temas relacionados ao incremento do terrorismo de direita e aos movimentos sociais a partir da segunda metade da década de 1970. Tal constatação confirma o projeto político do PCB que previa a derrubada do governo militar por meios parlamentares e pacíficos.

4.0 Referência Bibliográficas

Livros, teses e dissertações

BARCELOS, Thatiana Amaral. **A imprensa do exílio como prática de resistência: Um estudo de caso da Revista Brasil Socialista**. Trabalho de Conclusão do Curso de História. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

BARCELOS, Thatiana Amaral. **A imprensa do exílio**. Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos desse solo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

NETTO, Paulo José. **Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira no pós-1964**. In MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência Brasileira (1500-2000) : A grande transação**. São Paulo: Editora SENAC/SP, 2000.

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, 1989, vol. 2, n.3, p.10.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil**. in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Brasil Republicano. O tempo da ditadura: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Utopia dividida: crise e extinção do PCB (1979-1992)**. Tese de mestrado em história social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

TAFFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"**. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Marília: UNESP, 2009.

VOLPE, Miriam. **Geografias de Exílio**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005.

Entrevistas

Severino de Melo: concedida à autora, em 18 de maio de 2008.

Francisco Inácio: concedida à autora, em 07 de junho de 2008.